

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS TCCS DE PEDAGOGIA DA UECE-FECLI (2015–2025)

Pedro Eduardo Gomes de Oliveira

Universidade Estadual do Ceará. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu.

Iguatu, Ceará, Brasil. E-mail: pedro.eduardo@aluno.uece.br;

Sara Dayane Dias De Oliveira

Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. Iguatu,

Ceará, Brasil. E-mail: sara.dayane@aluno.uece.br;

Denise de Oliveira Lima

Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. Iguatu,

Ceará, Brasil. E-mail: deniseoliveiraa70@gmail.com;

José Douglas de Abreu Araújo

Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. Iguatu,

Ceará, Brasil. E-mail: josedouglasabreu@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como a educação para as relações étnico-raciais é abordada nos Trabalhos de Conclusão de Curso do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), especificamente na Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI), no período de 2015 a 2025. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com abordagem documental, fundamentado na análise de sete monografias que discutem direta ou indiretamente a temática das relações étnico-raciais no contexto escolar. A investigação identificou os principais referenciais teóricos mobilizados, as recorrências temáticas presentes nas produções acadêmicas e as lacunas relacionadas à formação inicial docente para a promoção de uma educação antirracista. Os resultados demonstram que, embora haja avanços na problematização do racismo no espaço escolar e na defesa da implementação da Lei nº 10.639/03, ainda persistem fragilidades na formação docente e na efetivação de práticas pedagógicas contínuas e comprometidas com a equidade racial.

Palavras-Chave: Racismo. Educação. Relações Étnico-Raciais. TCCs.

Introdução

A história da educação brasileira é marcada por múltiplos acontecimentos, processos e transformações, sendo, em grande parte, descrita, representada e legitimada a partir de perspectivas eurocêntricas e de sujeitos brancos. Esse processo contribuiu historicamente para o apagamento das contribuições, saberes e experiências da população negra e de outros grupos racializados, refletindo diretamente na organização dos currículos escolares e nas práticas pedagógicas, “entendendo a educação como um processo por meio do qual a humanidade elabora a si mesma em todos os seus mais variados aspectos” (Manacorda, 1989, p.6).

Nesse contexto, destaca-se a relevância da Lei nº 10.639/03, que altera a Lei nº 9.394/96 e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Ensino Fundamental e Médio, representando uma importante conquista dos movimentos negros e um marco no enfrentamento do racismo na educação. Apesar de sua importância legal, sua implementação ainda ocorre de forma insuficiente, uma vez que dados do Geledés – Instituto da Mulher Negra, em parceria com o Instituto Alana, indicam que a lei não é plenamente aplicada em cerca de 71% dos municípios brasileiros (Geledés, 2023), evidenciando fragilidades na consolidação de uma educação antirracista. Soma-se a isso o fato de que a obrigatoriedade não contempla formalmente a Educação Infantil, etapa fundamental para a construção da identidade e da percepção sobre si e sobre o outro, o que pode favorecer a reprodução de estereótipos e desigualdades desde os primeiros anos, reforçando a necessidade de que a formação docente incorpore essa temática de maneira sistemática e contínua.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como a educação para as relações étnico-raciais é abordada nos Trabalhos de Conclusão de Curso do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), especificamente na Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI), no período de 2015 a 2025. Após esta introdução, o artigo apresenta a metodologia, na qual são detalhados os procedimentos adotados para a seleção e análise das monografias.

Metodologia

Para compreender a educação para as relações étnico-raciais na formação docente, adotou-se uma pesquisa de natureza qualitativa e documental, conforme conceitua Gil (2009), considerando que o objeto de análise consiste em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). O locus da pesquisa foi a Universidade Estadual do Ceará (UECE), campus Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI).

A investigação concentrou-se exclusivamente nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do curso de Pedagogia defendidos no período de 2015 a 2025, compreendendo os últimos dez anos de produção acadêmica do curso. Os trabalhos foram selecionados por meio de busca sistemática no repositório institucional da universidade. A pesquisa foi realizada no sidUECE (Sistema de Informações da UECE), vinculado ao SISBUECE (Sistema de

Bibliotecas da UECE), responsável pela administração e gerenciamento do acervo acadêmico institucional. A busca ocorreu mediante a utilização dos descritores “Lei 10.639/03”, “relações étnico-raciais”, “educação étnico-racial”, “racismo”, “educação antirracista” e “identidade negra” a fim de localizar produções que dialogassem com a temática investigada. A partir da aplicação desses descritores, foram encontrados sete trabalhos que abordam direta ou indiretamente a educação para as relações étnico-raciais, conforme o quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – TCCs encontrados no sidUECE (2015–2025)

ANO	AUTORA	TÍTULO
2017	Joselicy Alves Bezerra	A formação docente e a Lei 10.639/03: uma pesquisa-ação em três escolas públicas de Iguatu-CE.
2017	Cristiane de Oliveira Félix	Educação étnico-racial em debate: analisando a (re)produção de práticas racistas no Ensino Fundamental I em Iguatu-CE.
2021	Mara Lígia da Silva	Racismo no cotidiano escolar: interações e reações das professoras na Educação Infantil.
2021	Cícera Isla Oliveira	Práticas pedagógicas de enfrentamento ao racismo: uma experiência nas séries iniciais do Ensino Fundamental na cidade de Iguatu-CE.
2025	Karen Virginia da Silva Guedes	Racismo e educação: impactos no processo de ensino e aprendizagem de crianças negras de uma turma de primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Iguatu-CE.
2025	Ciene Alves Pinheiro	Mãe negra universitária: desafios na conciliação entre a maternidade e a vida acadêmica no curso de Pedagogia UECE/FECLI.
2025	Sayonara Bezerra Viana	A literatura de autoria negra nos anos iniciais da Escola Elze Lima Verde em Iguatu/CE: impactos no desenvolvimento da identidade e compreensão cultural dos estudantes.

Fonte: sidUECE (2015 – 2025).

Após a triagem inicial dos títulos e leitura dos resumos, procedeu-se à leitura integral das monografias, constituindo-se, assim, o corpus analítico da pesquisa. A interpretação dos dados foi orientada pela análise de conteúdo temática (BRAUN; CLARK, 2026), buscando identificar recorrências, categorias emergentes, lacunas e tendências na produção acadêmica do curso, especialmente no que se refere à articulação entre formação inicial docente e educação para as relações étnico-raciais.

No tópico a seguir, apresenta-se o referencial, que serão discutidos os principais conceitos e autores que contribuem para a compreensão dos TCCs investigados.

Referencial Teórico

A discussão sobre a educação para as relações étnico-raciais na formação docente exige, inicialmente, a compreensão de que o racismo é estrutural, organizado historicamente e socialmente nas instituições brasileiras, sendo as desigualdades raciais resultado do sistema que naturaliza privilégios e hierarquias (Almeida, 2018). A escola, enquanto instituição social, insere-se nesse contexto e pode tanto reproduzir quanto tencionar tais desigualdades, dependendo do projeto pedagógico que orienta suas práticas.

A compreensão histórica do racismo no Brasil também passa pela crítica ao mito da democracia racial e pela análise das marcas do período escravocrata e pós-abolição, como problematizou Munanga (2004; 2005) ao discutir os conceitos de raça, racismo, identidade e etnia, evidenciando que tais categorias são construções sociais que produziram efeitos concretos na vida da população negra. Ao defender a superação do racismo no espaço escolar, o autor reforça que a valorização da história e da cultura afro-brasileira constitui elemento central para a construção de identidades positivas e para o fortalecimento da autoestima de crianças e jovens negros.

No campo educacional, as reflexões de Gomes (2005) reforçam que a educação antirracista não pode se restringir a ações pontuais, devendo integrar o currículo de forma transversal e contínua. No mesmo movimento, Cavalleiro (2006) contribui afirmando que o racismo manifesta-se desde a educação infantil, muitas vezes de forma silenciosa, por meio de exclusões simbólicas, ausência de representatividade e naturalização de estereótipos. Essa realidade reforça a necessidade de inserir a temática das relações étnico-raciais desde os primeiros anos de escolarização, reconhecendo que a construção da identidade ocorre de maneira precoce e é fortemente influenciada pelas interações sociais.

A legislação educacional brasileira nos apresenta elementos para esse enfrentamento. A Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) representam marcos importantes na consolidação de uma política educacional comprometida com a diversidade cultural. A obrigatoriedade do ensino da

história e cultura afro-brasileira e africana (Brasil, 2003) é uma conquista histórica dos movimentos negros e como instrumento jurídico para a promoção de uma educação antirracista. No entanto, conforme apontam diferentes estudos analisados nesta pesquisa, a existência da legislação não garante sua efetivação, sendo necessária formação inicial e continuada que prepare docentes para desenvolver práticas coerentes com seus princípios.

A formação docente, portanto, ocupa lugar estratégico na consolidação de uma educação voltada à equidade racial. Conforme discutem Munanga (2005) e Gomes (2005), é imprescindível que os cursos de licenciatura incluam de maneira sistemática conteúdos relacionados às relações étnico-raciais, superando abordagens superficiais ou restritas a datas comemorativas. Além disso, a produção de narrativas únicas sobre a história e a cultura, como problematiza Adichie (2019), contribui para a cristalização de estereótipos e para o apagamento de múltiplas experiências. No âmbito escolar, isso se traduz na predominância de conteúdos que exaltam a cultura europeia enquanto marginalizam saberes africanos e afro-brasileiros, reforçando desigualdades simbólicas. A superação dessa lógica exige o reconhecimento da pluralidade cultural e a valorização de diferentes matrizes formadoras da sociedade brasileira.

A seguir, são apresentados os resultados e as discussões da pesquisa, construídos a partir da análise das monografias selecionadas.

Resultados e discussões

A análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) produzidos entre 2015 e 2025 no curso de Pedagogia da UECE, campus FECLI, demonstra que a educação para as relações étnico-raciais vem se consolidando como campo de investigação relevante na formação inicial docente, ainda que esse processo tenha ocorrido de forma gradual e tensionada por lacunas curriculares históricas. Um dado estrutural fundamental para compreender os resultados refere-se ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) (UECE, 1990). A matriz curricular vigente desde 1990 não previa disciplina específica voltada à Educação para as Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2019). Durante décadas, a temática não foi tratada como eixo estruturante da formação. Esse cenário se mostra particularmente problemático quando considerado que a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) já estabelecia a necessidade de uma educação comprometida com a



pluralidade cultural, e que a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A ausência de componente curricular específico até 2021 ajuda a explicar por que os trabalhos anteriores a essa reformulação demonstram recorrente preocupação com a insuficiência formativa (Brasil, 2019; Brasil, 2024). Bezerra (2017) já apontava que os discentes do curso de Pedagogia não possuíam formação sistemática sobre a temática, uma vez que a matriz curricular era datada de 1990. A autora conclui que a fragilidade na implementação da legislação nas escolas estava diretamente relacionada à lacuna na formação inicial. Os TCCs e Cursos analisados revelam preocupações recorrentes com o racismo no cotidiano escolar, a implementação da Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003) e a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da identidade negra ao longo dos anos.

Bezerra (2017), no trabalho “A formação docente e a Lei 10.639/03: uma pesquisa-ação em três escolas públicas de Iguatu-CE”, analisou a aplicação da Lei nº 10.639/03 em três escolas públicas e investigou se os estudantes de Pedagogia da FECLI estavam sendo preparados para trabalhar a temática étnico-racial. A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentada na pesquisa-ação e no Diagnóstico Rápido Participativo, confirmou a permanência do racismo no cotidiano escolar, pois as ações relacionadas à temática, quando existentes, restringiam-se frequentemente ao Dia da Consciência Negra. O estudo defende uma educação antirracista fundamentada na valorização da diversidade cultural e na superação do currículo eurocêntrico, embora apresente limites quanto ao recorte espacial e ao aprofundamento das dimensões estruturais das desigualdades.

Em Félix (2017), com o trabalho “Educação étnico-racial em debate: analisando a (re)produção de práticas racistas no Ensino Fundamental I em Iguatu-CE”, investigou como o racismo é produzido e reproduzido no ambiente escolar. Com abordagem qualitativa e caráter etnográfico, o estudo utilizou observação próxima das crianças em uma escola pública. A autora discute o racismo como problema social que impacta diretamente a construção identitária de crianças negras, articulando história da escravidão, mito da democracia racial e desigualdades contemporâneas. Destaca-se a reflexão de que crianças negras podem iniciar processos de autorrejeição, enquanto crianças brancas tendem a reproduzir a rejeição do outro. O trabalho



reforça que a educação pode tanto reproduzir relações desiguais quanto atuar como instrumento de transformação por meio de práticas pedagógicas antirracistas.

No ano de 2021, já com a nova matriz curricular (UECE, 2021), Silva (2021), em “Racismo no cotidiano escolar: interações e reações das professoras na Educação Infantil”, analisou como docentes se posicionam diante de manifestações racistas em sala de aula. A pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, contou com análise do Projeto Político Pedagógico e entrevistas com três professoras. Os dados trazem a existência de racismo no ambiente escolar e revelaram que as intervenções docentes se restringiam, em geral, ao diálogo pontual, sem ações sistemáticas de enfrentamento ou amparo às vítimas. O estudo aponta que a ausência de formação específica é um dos principais fatores que dificultam a efetiva implementação da Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003), reforçando a necessidade de formação continuada e práticas pedagógicas planejadas.

Também em 2021, Oliveira (2021), no trabalho “Práticas pedagógicas de enfrentamento ao racismo: uma experiência nas séries iniciais do Ensino Fundamental na cidade de Iguatu-CE”, desenvolveu uma pesquisa-ação com intervenção direta no contexto escolar. A autora utilizou atividades lúdicas e artísticas com temática africana e afro-brasileira, articulando narrativa e diálogo como estratégias pedagógicas. Fundamentada em dados oficiais e em autores do campo das relações étnico-raciais, a pesquisa relaciona o passado escravocrata às formas contemporâneas de racismo estrutural. Os resultados demonstram que a ludicidade pode fortalecer a identidade negra e elevar a autoestima das crianças, desde que a temática seja incorporada ao currículo de forma contínua e não apenas em datas comemorativas.

Em 2025, Guedes (2025), em “Racismo e educação: impactos no processo de ensino e aprendizagem de crianças negras de uma turma de primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Iguatu-CE”, analisou como o racismo se manifesta no cotidiano escolar e seus reflexos no desempenho, na autoestima e na construção identitária de crianças negras. A pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e estudo de campo, envolveu observações e entrevistas com professoras. A autora mobiliza referenciais teóricos que compreendem o racismo como fenômeno estrutural, institucional e recreativo, destacando que piadas, estereótipos e práticas naturalizadas reforçam a inferiorização da população negra. O estudo evidencia a insuficiência da formação docente e a fragilidade na implementação da Lei nº

10.639/03 (Brasil, 2003), além de apontar como lacuna a ausência de maior aprofundamento sobre a educação antirracista na educação infantil.

Também em 2025, Pinheiro (2025), no trabalho “Mãe negra universitária: desafios na conciliação entre a maternidade e a vida acadêmica no curso de Pedagogia UECE/FECLI”, amplia o debate para o ensino superior ao analisar as intersecções entre raça, gênero e maternidade a partir de uma pesquisa autobiográfica, construída com base no relato da própria autora e nas narrativas de outras mulheres mães negras inseridas no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, campus FECLI. O estudo apresenta a experiência acadêmica dessas mulheres, atravessada por múltiplas camadas de desigualdade, marcadas pela sobrecarga de responsabilidades domésticas e maternas, pela necessidade de conciliar cuidado com os filhos, estudos e, muitas vezes, trabalho remunerado, além da ausência de políticas institucionais efetivas de permanência e apoio à maternidade. A autora destaca processos de invisibilização, sentimentos de culpa, cansaço físico e emocional, bem como a falta de compreensão por parte da estrutura universitária diante das especificidades da maternidade negra, revelando como o racismo estrutural e o sexismo operam de forma articulada no espaço acadêmico. Ao valorizar o relato como método e como instrumento político de denúncia, a pesquisa dá visibilidade a experiências historicamente silenciadas e demonstra que as desigualdades raciais não se restringem à educação básica, mas atravessam também o ensino superior e o percurso formativo das futuras docentes, ampliando a compreensão das relações étnico-raciais e reforçando a necessidade de uma universidade mais inclusiva, sensível às diferenças e comprometida com a equidade.

Por fim, Viana (2025), em “A literatura de autoria negra nos anos iniciais da Escola Elze Lima Verde em Iguatu/CE: impactos no desenvolvimento da identidade e compreensão cultural dos estudantes”, enfatiza o papel da literatura de autoria negra na construção identitária das crianças. O trabalho destaca que a representatividade positiva no currículo contribui para o fortalecimento da autoestima e para a ampliação da compreensão cultural dos estudantes. Ao defender a inserção contínua de obras de autoria negra no cotidiano escolar, a autora reforça a importância de romper com narrativas eurocêntricas e consolidar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade.

No que se refere aos principais enfoques teóricos mobilizados nos TCCs analisados, observa-se a centralidade da concepção de racismo estrutural formulada por Silvio de Almeida (2019), que compreende o racismo como elemento constitutivo das relações sociais e das instituições, ultrapassando a dimensão individual e evidenciando sua materialização nas práticas escolares e universitárias. Dialogando com essa perspectiva, destacam-se as contribuições de Kabengele Munanga (2005; 2012), especialmente na problematização das noções de raça e identidade e na defesa de uma educação comprometida com a superação do racismo. As discussões sobre identidade cultural e processos de construção identitária são fundamentadas em Stuart Hall (2003) e Kathryn Woodward (2000), permitindo compreender como as identidades negras são socialmente produzidas em contextos marcados por desigualdades históricas e disputas simbólicas. No campo educacional, as reflexões de Nilma Lino Gomes (2003; 2017) e Eliane Cavalleiro (2001) sustentam a defesa de uma pedagogia antirracista e a necessidade de romper com o silêncio institucional diante das práticas discriminatórias no cotidiano escolar. Também aparecem referências a Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (1999), nas discussões sociológicas sobre raça no Brasil, e a Djamila Ribeiro (2017), especialmente na afirmação de uma postura crítica fundamentada no lugar de fala e na denúncia das hierarquias raciais e de gênero. Em conjunto, esses referenciais teóricos revelam uma base crítica consistente, articulando dimensões históricas, sociológicas, culturais e pedagógicas para compreender o racismo como fenômeno estrutural e apontar a formação docente como espaço estratégico de transformação social.

A análise conjunta dos sete trabalhos revela recorrências temáticas como o racismo no cotidiano escolar, a implementação da Lei nº 10.639/03, a formação docente e a construção da identidade negra. Observa-se, ao longo do período, um movimento que parte de diagnósticos sobre a aplicação da legislação e a formação inicial (Félix, 2017; Bezerra, 2017), avança para investigações sobre práticas pedagógicas e intervenções (Silva, 2021; Oliveira, 2021) e, em 2025 (Guedes, 2025; Pinheiro, 2025; Viana, 2025), amplia o debate para os impactos do racismo no processo de aprendizagem, para as interseccionalidades no ensino superior e para a valorização da literatura de autoria negra como estratégia formativa.

Em síntese, as produções demonstram o fortalecimento progressivo do debate sobre educação para as relações étnico-raciais no curso de Pedagogia da UECE-FECLI, ao mesmo

tempo em que evidenciam desafios persistentes, especialmente no que se refere à consolidação de práticas contínuas e à formação docente crítica e comprometida com uma educação verdadeiramente antirracista.

Conclusões

A análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso do curso de Pedagogia da UECE-FECLI evidencia que a temática das relações étnico-raciais tem ocupado espaço relevante nas produções acadêmicas, sobretudo no que se refere à problematização do racismo no ambiente escolar e à implementação da Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003). Observa-se um esforço teórico consistente, com a mobilização de autores fundamentais para a compreensão do racismo como fenômeno estrutural e institucional, bem como a defesa de práticas pedagógicas voltadas à valorização da identidade negra e à construção de uma educação antirracista.

Entretanto, também se identificam lacunas importantes, especialmente no que diz respeito à formação inicial docente, à abordagem da educação infantil e à consolidação de ações contínuas e estruturadas nas escolas. As análises indicam que, embora haja avanços no debate acadêmico, ainda é necessário fortalecer a articulação entre teoria e prática, ampliando o compromisso institucional com uma formação que prepare futuros professores para enfrentar o racismo de maneira crítica, reflexiva e transformadora.

Referências

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BEZERRA, Joselicy Alves. **A formação docente e a Lei 10.639/03: uma pesquisa-ação em três escolas públicas de Iguatu-CE**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**. Brasília-DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 fev. 2026.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial**. Brasília-DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 26 fev. 2026.
- BRASIL. Resolução nº 02/CP/CNE/2019 Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial**. Brasília-DF, 2019.

BRASIL. Resolução nº 04/CP/CNE/2024 Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). **Diário Oficial**. Brasília-DF, 2024.

BRAUN, V.; CLARK, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research*, 3(2), p. 77-101.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CORENZA, Janaína de Azevedo. **Formação inicial de professores: conversas sobre relações raciais e educação**. Curitiba: Appris, 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Org. Thandara Santos. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

FÉLIX, Cristiane de Oliveira. **Educação étnico-racial em debate: analisando a (re)produção de práticas racistas no Ensino Fundamental I em Iguatu-CE**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, 2017.

FREYRE, Gilberto. Aspectos da influência africana no Brasil. **Revista del CESLA**, Varsóvia, Polônia, n. 7, p. 369-384, 2005.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Pesquisa inédita mostra engajamento das secretarias de educação com aplicação da Lei 10.639/03**. Geledés, 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pesquisa-inedita-mostra-engajamento-das-secretarias-de-educacao-com-aplicacao-da-lei-10-639/>. Acesso em: 27 fev. 2026.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

GUEDES, Karen Virgínia da Silva. **Racismo e educação: impactos no processo de ensino e aprendizagem de crianças negras de uma turma de primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Iguatu-CE**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, 2025.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. R'io de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, RJ, 2019.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. **Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2004.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Cícera Isla. **Práticas pedagógicas de enfrentamento ao racismo: uma experiência nas séries iniciais do Ensino Fundamental na cidade de Iguatu-CE**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, 2021.

PINHEIRO, Ciene Alves. **Mãe negra universitária: desafios na conciliação entre a maternidade e a vida acadêmica no curso de Pedagogia UECE/FECLI**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Mara Lígia da. **Racismo no cotidiano escolar: interações e reações das professoras na Educação Infantil**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, 2021.

TEODORO, Cristina. **Eu e o outro: identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Iguatu: UECE/FECLI, 1990.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Iguatu: UECE/FECLI, 2021.

VIANA, Sayonara Bezerra. **A literatura de autoria negra nos anos iniciais da Escola Elze Lima Verde em Iguatu/CE: impactos no desenvolvimento da identidade e compreensão cultural dos estudantes**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, 2025.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.